

Geraldo Magalhães



Geraldo Magalhães



**PROPOSIÇÃO** Ao lado de Tião Viana, Renan Calheiros (E) fala sobre o encontro com o presidente da República. Senadores do governo e da oposição acompanham atentamente o relato

## Renan sugere a Lula uma agenda para mudar o Brasil

Promoção do crescimento econômico e da desburocratização, combate à corrupção e à informalidade, redução da insegurança jurídica e reforma política estão entre as propostas levadas ao chefe do Executivo

J. Freitas



**DEBATE** Presidida pelo senador Fernando Bezerra (C), comissão busca acordo sobre pontos polêmicos como a proibição de o presidente da República contingenciar emendas parlamentares

## Divergências adiam decisão sobre mudanças no Orçamento

Reunidos durante todo o dia de ontem, senadores e deputados não chegaram a acordo sobre como deverá ser a divisão de recursos que o Congresso Nacional pode colocar anualmente no Or-

çamento da União. Com a falta de consenso, foi adiada para o início da próxima semana a votação do relatório da comissão mista que negocia as mudanças no processo orçamentário.

Página 5

Ao relatar, em Plenário, a conversa com o presidente da República, Renan Calheiros disse que tomou a iniciativa de apresentar "uma proposta de crescimento para o país que trate da superação de entraves de toda ordem". No que se refere à CPI dos

Correios, o presidente do Senado afirmou que Lula "fez questão de dizer – e não poderia ser diferente – que a decisão tem que ser do Congresso Nacional". Vários senadores elogiaram a ação de Renan e manifestaram confiança em sua condução do caso da CPI.

Páginas 3 e 4



*Se os líderes não indicarem os nomes, eu vou indicá-los*

Renan Calheiros, presidente do Senado, sobre a CPI dos Correios

Rosewell Pinheiro



**LEMBRANÇA** "Foi muito árduo o encontro com a democracia", observa Fafá de Belém

## Homenagem à musa da redemocratização

A emoção marcou a homenagem a Fafá de Belém, musa da campanha das Diretas Já. A solenidade acontece quando se comemoram 20 anos da redemocratização. Saudada por inúmeros senadores, Fafá comoveu ao cantar *Menestrel das Alagoas*.

Página 5

# Transposição beneficiará 12 milhões de pessoas, afirma Garibaldi Alves

■ Ao rebater críticas de Teotonio, senador reitera convite a Ciro Gomes para debater projeto no Senado

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) criticou ontem manifestação do colega Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) contrária à transposição do rio São Francisco, feita em discurso em que este contestou dados do governo de que a obra beneficiará 12 milhões de pessoas.

– Quem foi do Poder Executivo sabe que, quando se faz uma obra, não é apenas para o momento atual, mas para uma



**AVAL** Garibaldi observa que obra foi aprovada por todos os órgãos nas áreas técnica e ambiental

projeção da população. Serão 12 milhões de pessoas beneficiadas. De imediato, serão 9 milhões – ele esclareceu.

O parlamentar relatou encontro tido na segunda-feira com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para de-

bater a versão final do projeto, cujas obras devem ser iniciadas em julho. O senador disse ter pedido ao ministro que venha ao Congresso debater sobre a transposição, para evitar que se diga, “em algum momento”, que não houve discussão.

## Elogios

Teotonio pediu a palavra e afirmou que, quando Garibaldi foi governador de seu estado, fez um “trabalho admirável” de distribuição de água em pequenas adutoras. Por esse motivo, ele disse que se sentia à vontade para criticar sua postura e reiterou que a transposição é “um grande mal” ao Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Teotonio argumentou que os R\$ 7

bilhões a serem gastos em sua execução beneficiariam muito mais a região se destinados a pequenas obras.

Garibaldi, na tréplica, questionou como Teotonio poderia chamar de “mal” um projeto que teria a mesma concepção técnica do chamado Canal do Sertão, em Alagoas. Também disse que o empreendimento vai beneficiar Pernambuco com investimentos de R\$ 3 bilhões e destacou que a obra foi aprovada por todos os órgãos deliberativos, da área técnica e ambiental. Ele contestou ainda informação de Teotonio de que o Banco Mundial teria desaprovado o projeto, porque a instituição nem sequer teria sido acionada para financiá-lo.



**GANHOS** Raupp diz que projeto vai produzir impactos positivos de grande alcance na região Norte

## Raupp defende Complexo do rio Madeira

A implantação do Complexo do rio Madeira foi defendida da tribuna pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). A iniciativa engloba a construção de duas hidrelétricas e de uma hidrovía e, segundo afirmou, terá enorme impacto positivo nas áreas de transporte e energia da região Norte.

As hidrelétricas – dos rios Santo Antonio e de Jirau – vão gerar, juntas, segundo Raupp, cerca de 7 mil megawatts. Todo o complexo, ele disse, exigirá investimento de US\$ 5 bilhões e produzirá 50 mil empregos diretos e 200 mil indiretos. Os órgãos ambientais vão realizar os estudos de impacto.

## Senado participa da III Bienal do Livro em Natal

Com a expectativa de receber 250 mil pessoas nos seus dez dias de funcionamento, será aberta oficialmente hoje, às 10h, no espaço de eventos do Shopping Midway Mall, a III Bienal Nacional do Livro de Natal. O Senado participará do evento com estande que apresentará os mais novos lançamentos do seu Conselho Editorial, publicações com leis e códigos atualizados e obras jurídicas editadas em parceria com o Supremo Tribunal Federal.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, lança no dia 10 a obra *Dinarte Mariz: vida e luta de um potiguar*, com depoimentos sobre o ex-senador.

## Agenda

### Sessão reservada a debates

A sessão de hoje, às 9h, é destinada a debates dos senadores. Não há votações de propostas. A ordem do dia será retomada na próxima

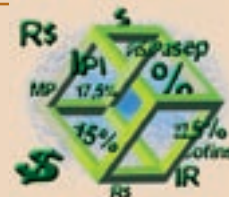
terça, às 14h. O Plenário precisa analisar seis projetos de conversão de medidas provisórias para desobstruir a pauta. Entre eles,

o PLV 11/05, originado da MP 237/05, que permitiu a exclusão dos créditos do Reluz dos limites de endividamento de prefeituras.

### Rádio explica efeitos da taxa de juros para cidadão

A Rádio Senado apresenta às 20h reportagem sobre os juros. Os aumentos na Selic, a taxa básica do Banco Central, repercutem entre senadores e nos setores produtivos. No entanto, poucos falam

das implicações da taxa no dia-a-dia do cidadão, que se perde entre declarações de técnicos do governo e analistas. O programa terá reprises no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.



### Dia da Indústria

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa de almoço oferecido pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, às 12h30, seguido da reunião do colégio. Às 20h, estará presente em comemoração do Dia da Indústria.

### Mostra do meio ambiente

Para marcar o Dia Nacional do Meio Ambiente, começa na segunda-feira, na Biblioteca do Senado, uma mostra sobre o tema. Haverá ainda um estande do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal com advertências para o perigo das queimadas.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**COLABORAÇÃO** Bezerra contribuiu com elaboração de projeto que protege consumidores de abusos

## Bezerra elogia proibição do corte de serviços

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) destaca ganho de consumidor com projeto aprovado esta semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que proíbe concessionárias e permissionárias de serviço público – como as de água e energia – de interromper o fornecimento dos serviços, por inadimplência, sem antes remeter ao consumidor aviso com o mínimo de 15 dias de antecedência.

O substitutivo, elaborado por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), acolheu voto em separado apresentado por Bezerra ao projeto original de Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Maria da Conceição Lima Alves, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**CONSELHO** Segundo Antonio Carlos, Lula deveria apoiar CPI, "se realmente deseja uma agenda positiva"

## ACM diz que o Senado não aceita intromissão

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um apelo ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que ele não traga para o Congresso Nacional uma agenda feita pelo Palácio do Planalto. Antonio Carlos fazia um discurso em homenagem ao ex-ministro e deputado Aduato Lúcio Cardoso, cujo centenário de nascimento foi comemorado ontem de manhã, em sessão solene, no Supremo Tribunal Federal (STF).

– Se Aduato Lúcio Cardoso estivesse vivo, essa seria sua posição – assegurou o senador.

Antonio Carlos Magalhães afirmou que gostaria de colocar sua posição, que, segundo acredita, seria a da maioria dos congressistas, “antes que surja qualquer boato de que o presidente do Senado vai trazer uma agenda do Planalto para impor ao Parlamento”.

– Estamos prontos a ajudar o presidente Renan Calheiros nos trabalhos desta Casa. Mas estamos também prontos para reagir a qualquer intromissão do Executivo nos trabalhos do Legislativo – advertiu.

Se o presidente da República deseja uma agenda positiva, segundo o senador, o que ele deveria fazer era apoiar a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios. Mesmo porque, segundo Antonio Carlos, se o presidente Lula criar obstáculos para a instalação da CPI, ela será criada no próprio Senado.

### Centenário

Antonio Carlos congratulou-se com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, pela realização da sessão em homenagem a Aduato Lúcio Cardoso. Ele antecipou que o senador José Sarney (PMDB-AP) deverá fazer um pronunciamento em homenagem ao jurista.

# Agenda prevê ambiente propício à geração de emprego e renda

■ Documento entregue por Renan Calheiros a Lula propõe combate a todo tipo de entrave ao crescimento do país

Medidas para reduzir a insegurança jurídica, assegurar a diminuição da carga tributária e promover a desoneração da cesta básica, entre outras propostas de alcance institucional, econômico e social foram apresentadas ontem de manhã pelo senador Renan Calheiros ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Organizadas como agenda de desenvolvimento para o país, as propostas exigem participação do Congresso e do Poder Executivo.

Ao Legislativo compete a discussão e aprovação da legislação necessária à criação de ambiente propício ao investimento e à geração de empregos e renda. Já ao Executivo cabe, entre outros, reduzir a insegurança jurídica decorrente, por exemplo, da

edição de medidas provisórias com aumento de impostos e mudanças contratuais.

Segundo Renan disse à tarde aos demais senadores em Plenário, ele foi convidado pelo presidente Lula a conversar sobre o momento nacional e sobre a comissão parlamentar de inquérito. Na conversa, que avaliou como positiva, Renan afirmou que tomou a iniciativa de apresentar “uma proposta de crescimento para o país que trate da superação de entraves de toda ordem, de combate à corrupção, de redução da informalidade, enfim, de uma agenda suprapartidária de interesse do Brasil”.

Quanto à CPI, o presidente do Senado disse que o presidente Lula “fez questão de dizer – e não poderia ser diferente – que a decisão tem que ser do Congresso Nacional e que já fez o que estava sob sua competência, que era mandar investigar na Polícia, no Ministério Público e na Corregedoria Geral da União”.

## Redução da insegurança jurídica, o eixo das mudanças

O eixo das mudanças institucionais deve ser a redução da insegurança jurídica, disse Renan Calheiros, afirmando a necessidade de avançar na definição dos marcos regulatórios. “Grande fator de insegurança jurídica no Brasil é a medida provisória”, apontou o senador.

Além disso, Renan defendeu a necessidade de dar maior agilidade à Justiça e, portanto, continuar a reforma do Judiciário. Desburocratizar as relações dos cidadãos e das empresas com o Estado também são fatores de segurança jurídica,

considerou o senador.

No âmbito da administração pública, a adoção de modelo gerencial, a redução das instâncias decisórias e a diminuição do número de cargos de livre provimento vão “assegurar maior profissionalização, maior efetividade e menor tempo na máquina pública”, avaliou Renan.

O fortalecimento dos partidos deve orientar a reforma política, continuou o senador, para quem as mudanças podem ser graduais, mas sistêmicas, como parece ser o consenso entre os maiores partidos.



**RISCOS** Renan defende avanço na definição dos marcos regulatórios e observa que medidas provisórias geram insegurança jurídica

## "Carga tributária de 36% exige racionalização dos gastos"

Uma carga tributária na marca dos 36%, “superior à de muitas economias desenvolvidas”, segundo Renan, exige definição de prioridades e racionalização do gasto público.

– Lembrei que a reforma tributária aprovada no Senado continha mecanismos de redução da carga tributária que precisavam ser institucionalizados – afirmou.

Quanto às taxas de juros, Renan relatou aos senadores ter defendido sua redução, mas não por decreto, “mas como consequência de um dever – e não de irresponsabilidade”.

Estados e municípios, acrescentou o senador, podem ter suas dívidas corrigidas pelos mesmos parâmetros adotados nas operações do setor privado com o setor público, “sob pena de inviabilizar de vez o pacto federativo”.

– O Tesouro Nacional não pode se caracterizar como uma instituição financeira, que obtém lucros nas operações de créditos com estados e municípios – disse. Além disso, Renan defendeu a adoção gradual pelo governo de um modelo de distribuição das contribuições sociais arrecadadas pela União com os demais entes da Federação.

A recuperação de recursos devidos pelo setor privado,

tratamento diferenciado aos pequenos negócios, plano de saneamento integral até 2020 e política industrial que leve em conta as diferenças regionais completaram as medidas defendidas pelo presidente do Senado para a economia.

O princípio da desoneração da cesta básica está na reforma tributária aprovada no Senado e em tramitação na Câmara, comentou Renan. O

governo já reduziu impostos federais “mas o fundamental é desonerar os produtos do pagamento do ICMS”, o que permitirá aumentar em mais de 20% o poder de compra dos me-

nores salários, previu. Para o presidente do Senado, é preciso ainda desonerar os serviços de água, esgoto, energia elétrica e telefonia, entre outros, para obter queda nas tarifas, elevar o valor real dos salários e dinamizar o mercado interno.

As políticas públicas devem mapear o que o senador chamou de áreas sob risco social – desemprego, prostituição infantil, trabalho escravo, áreas de criminalidade – e focalizar a aplicação de recursos públicos com mais eficiência. A reforma no sistema orçamentário que está sendo feita pelo Congresso, segundo Renan, vai exatamente nesse sentido.



**APERFEIÇOAMENTO** No âmbito do Judiciário, Renan Calheiros sugeriu a continuidade da reforma para assegurar mais agilidade à Justiça no país



Os rumos da comissão parlamentar de inquérito criada para investigar denúncias de corrupção nos Correios geram debate no Plenário. O presidente do Senado, Renan Calheiros, diz que, se os líderes não indicarem os integrantes da CPI, ele o fará

## Renan indicará membros da CPI se líderes não o fizerem

Logo após relatar ao Plenário o encontro que teve com o presidente Lula, no qual entregou ao chefe do Executivo uma agenda para o país, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que, se os líderes partidários não indicarem os nomes de seus representantes para a CPI dos Correios, ele o fará.

– O capital político que eu acumulei é o da isenção e da serenidade. Não vou submetê-lo a interpretações equivocadas. Eu adotei a tática do encaminhamento, do diálogo, da conversação. Qualquer decisão minha terá que ter o amparo regimental. Com relação a mim não haverá nenhuma

zona cinzenta. Se os líderes não indicarem os nomes, eu vou indicá-los.

Renan assegurou que o tema CPI dos Correios foi abordado com Lula. Segundo o senador, Lula disse acreditar que já fez

**"O capital político que eu acumulei é o da isenção e da serenidade"**

a sua parte no episódio ao acionar a Polícia Federal, o Ministério Público e a Corregedoria Geral da União. Agora, caberia ao Congresso dar continuidade ao processo.

Renan afirmou que não está se deixando tutelar.

– Eu, como presidente do Congresso, não me submeteria a conversar com o presidente da República para que ele dissesse o que é que eu devo fazer ou deixar de fazer.

## Senadores comentam o encontro de Lula com Renan

Vários senadores elogiaram, em Plenário, a iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, de entregar ao presidente Lula uma agenda de compromissos para o desenvolvimento do país. Os senadores da oposição aproveitaram a ocasião para criticar a postura do governo em relação à CPI dos Correios.

Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou Renan pela elaboração da agenda e pela maneira como tem conduzido a questão da CPI. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), por sua vez, demonstrou ceticismo.

Jefferson Péres (PDT-AM) advertiu que, "se o governo derrubar a CPI na Câmara, criará uma atmosfera tão envenenada que sua agenda será inaplicável".

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), assegurou que Renan teria o apoio da oposição para colocar em prática os pontos da agenda. José Agripino (PFL-RN) acredita que Renan vai garantir a isenção na CPI.

Sérgio Guerra (PSDB-PE) acusou o governo federal de atuar para que o Congresso não

"resolva a questão das CPIs". Heloísa Helena (PSOL-AL) observou que as propostas de Renan são todas interessantes, apesar de ter divergências com algumas.

Sibá Machado (PT-AC) ressaltou que Renan deu um exemplo de grandeza. Para Marcelo Crivella (PL-RJ), "o diálogo trouxe calma para este Plenário".

Fernando Bezerra (PTB-RN) disse também confiar na "isenção" de Renan na condução das

**"Se o governo derrubar a CPI na Câmara, a agenda será inaplicável"**

CPIs que vierem a ser instaladas. O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), considerou fundamental a serenidade de Renan.

José Jorge (PFL-PE) disse não acreditar na sinceridade de Lula quando afirma que a CPI é assunto do Congresso.

Heráclito Fortes (PFL-PI) enfatizou que, ao se sentir impotente, Lula se aliou ao Legislativo e deu a Renan o comando desta nova fase. Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Renan está levando em conta os altos interesses do país. Magno Malta (PL-ES) considerou a agenda do Congresso "um gol de placa" de Renan.

# Heloísa: CPI não vai paralisar o Congresso

Para a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios não paralisará os trabalhos do Congresso nem do Senado, caso venha a ser constituída somente nesta Casa em função de a Câmara não levar adiante a apuração. A seu ver, nenhuma CPI teria condição de travar o cotidiano legislativo.

Heloísa acredita que, após a instalação da CPI dos Correios, o Congresso voltará à vida normal, não obstante a atenção da mídia para aquele acontecimento.

– Quem paralisa o Congresso



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**RECURSO** Heloísa não crê que o Senado tenha de recorrer ao Supremo para viabilizar comissão

são os corruptos e aqueles que são coniventes com a corrupção – enfatizou, lembrando que os trabalhos de qualquer comissão são interrompidos

regimentalmente pelo início da sessão plenária.

A senadora garantiu também que, caso o governo venha a breca a CPI na Câmara dos Deputados, o Senado demonstrará sua força.

– Vamos mostrar que há mulheres e homens no Senado – assinalou, ressaltando que confia no trabalho dos integrantes da CPI na Câmara.

Ela disse ainda que não acredita que o Senado terá de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para viabilizar uma CPI sobre o assunto, caso a matéria venha a ser discutida somente nesta Casa.

## Virgílio diz que Congresso e povo exigem comissão

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), defendeu mais uma vez a instalação da CPI dos Correios. Ele afirmou que "a comissão é exigida pela maioria do Congresso e da população". Lembrou que o requerimento de criação da CPI foi assinado por 236 deputados federais e 52 senadores, e citou pesquisa do CNT/Sensus, segundo a qual 86% dos entrevistados querem as investigações da comissão.

– Aquela CPI que visa investigar o escândalo de Waldomiro Diniz é da minoria; esta outra é da maioria. E as duas precisam ser instaladas, porque repre-

sentam claramente o espírito da Constituição, do Regimento do Congresso e da tradição democrática deste país.

Arthur Virgílio disse que confia plenamente no presidente do Senado e que está seguro de que Renan Calheiros "zelará pela independência do Congresso Nacional".

Em aparte, Sérgio Guerra (PSDB-PE) observou que "não se podem aceitar manobras protelatórias".

– E as pessoas sabem que a cúpula palaciana tem razões concretas para ter medo da CPI – acrescentou Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).



**PESQUISA** Arthur Virgílio destaca que 86% dos entrevistados querem as investigações da CPI

Já o líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS), declarou que o governo federal está tomando as devidas providências no caso.

Também fizeram apartes Eduardo Suplicy (PT-SP), Fernando Bezerra (PTB-RN), Heráclito Fortes (PFL-PI) e José Jorge (PFL-PE).

## Pavan: "Há fato concreto, consumado"

Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou as tentativas da bancada de apoio ao governo federal de impedir a instalação da CPI dos Correios.

– Assinamos a CPI e esperamos que ela seja instalada. Há fato concreto, consumado. Se não considerarem fato determinado uma gravação em vídeo de uma pessoa colocando dinheiro no bolso, a palavra gato tem de ser extinta



**EVIDÊNCIA** Existe "uma gravação em vídeo de uma pessoa colocando dinheiro no bolso", afirma Pavan

– afirmou Pavan, referindo-se ao recurso impetrado pelo deputado João Leão (PL-BA), na Câmara dos Deputados.

**Rodovias**

O senador relatou o encon-

tro da bancada parlamentar de seu estado com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Segundo Pavan, as reivindicações dos parlamentares foram aceitas, garantindo o lançamento do edital de licitação para a duplicação da BR-470 e a liberação de recursos para a conclusão da BR-282.

**Seguro-desemprego**

Leonel Pavan ainda comunicou ao Plenário a apresentação de projeto de lei para assegurar o pagamento de seguro-desemprego para pescadores artesanais.

# Senado faz homenagem a Fafá de Belém

Emocionada, artista recorda luta de Teotônio Vilela, Tancredo, Ulysses e Sarney pela liberdade

A cantora Fafá de Belém, musa da campanha das Diretas Já, foi homenageada ontem pelo Senado. Autor do requerimento de homenagem, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), filho de Teotônio Vilela, que se destacou na campanha pela redemocratização do país, ressaltou “a coragem cívica da artista”.

– Fafá é uma cantora de raríssima sensibilidade para com seu tempo e seu povo – afirmou.

A homenagem acontece no ano em que se comemoram 20 anos do retorno da democracia. Fafá de Belém cantou em Plenário a música *Menestrel das Alagoas*, de Milton Nascimento e Fernando Brant.

O senador José Sarney (PMDB-AP) recordou que “Fafá enchia de alegria as multidões, sentimento que se juntava



**CONSCIÊNCIA** Fafá de Belém agradece os elogios à sua postura política em favor da redemocratização; Teotônio Vilela lembra a coragem de seu pai

aos desejos de democracia e liberdade”. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que estava feliz com a homenagem feita por Teotônio Vilela Filho, destacando a importância do pai do senador e de Fafá de Belém para a democracia.

Para José Agripino (PFL-RN), “só Teotônio Vilela Filho poderia fazer esse discurso, inclusive porque carrega o nome do Menestrel das Alagoas”. Agripino lembrou que o pai do senador participou da campanha das Diretas quando já estava do-



ente. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comparou o Menestrel ao uirapuru, que seria “um pássaro encantado da Amazônia”.

Marco Maciel (PFL-PE) afirmou que o movimento das Diretas Já foi um “grande momento de integração, em que os sentimentos de nacionalidade despertaram no povo”. Alvaro Dias (PDT-PR) registrou que Fafá tem o nome vinculado ao de grandes personalidades como Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

Delcídio Amaral (PT-MS)

declarou que admirava a artista pela sua participação no movimento das Diretas Já. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou que Fafá foi “uma patriota que consagrou a vida em defesa da democracia”.

Heloísa Helena (PSOL-AL) recitou versos do guerrilheiro Carlos Marighella, dizendo que Fafá foi como uma “clareira no bosque”. Teotônio também recordou as músicas que ela cantava nos comícios, em especial o Hino Nacional, a *Ave Maria* e *Menestrel das Alagoas*.

Fafá de Belém, muito emocionada, admitiu seu envolvimento na luta pelo retorno ao estado democrático proposto por Teotônio Vilela e lembrou que, na época, as condições eram muito precárias, mas que “a causa era maior”. Recordou ainda a luta de Teotônio contra o câncer e contra a ditadura. Ulysses, segundo Fafá, teve tempo de respirar os ares democráticos; Tancredo Neves deu a vida pela democracia e Sarney implantou o retorno ao Estado de direito.

– É desconcertante rever um grande amor, e a política na

minha vida tem um espaço importante. Todos nós temos que ter consciência de nosso papel de cidadão. Foi muito árduo o encontro com a democracia, a discussão, a troca de idéias. Quatro homens completamente diferentes, com posturas antagônicas, juntos, discutiam com outros parlamentares, mas tinham como objetivo a democracia: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e José Sarney.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que não havia quem não tivesse um carinho especial para com a cantora em sua luta pela redemocratização e listou diversas pessoas que participaram da luta pelas Diretas, entre elas Moema Santiago, Fernando Lyra, Dante de Oliveira, José Richa, Miguel Arraes, Tancredo Neves, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva, José Sarney e Ulysses Guimarães. Para Renan, foi uma honra o Senado reverenciar uma de suas artistas mais amadas e grande cantora popular, que “com estilo próprio encanta o Brasil”.

## Mudanças no Orçamento só na próxima semana

As reuniões realizadas durante todo o dia de ontem não foram suficientes para superar as divergências entre partidos, deputados e senadores sobre como deverá ser a divisão do dinheiro que o Congresso pode colocar todo ano no Orçamento federal. Um grupo de senadores quer dar mais recursos às emendas das bancadas dos 27 estados, enquanto alguns deputados querem que os dez relatores setoriais tenham uma fatia mais elevada.

Com a falta de acordo, mais uma vez ficou adiada a votação do relatório da comissão que negocia as mudanças no orçamento, agora para o início da próxima semana. As negociações começaram cedo, nas salas da Comissão Mista de Orçamento, e continuaram até o final do dia, chegando mesmo ao Plenário, no momento em que a cantora Fafá de Belém era homenageada durante as comemorações dos 20 anos da redemocratização.

O relator, deputado Ricardo Barros (PP-PR), tenta conciliar as questões. O deputado Pedro Novais (MA), um dos representantes do PMDB na comissão,



**DIVERGÊNCIAS** As reuniões começaram na Comissão Mista de Orçamento (foto) e se estenderam até o Plenário

insiste que os relatores setoriais devem ficar com mais dinheiro, enquanto o senador Sérgio Guerra (PE), do PSDB, defende mais recursos para os estados por meio das emendas de bancadas estaduais.

No final do dia, Pedro Novais disse que “há uma tendência” para que os relatores possam usar 55% de tudo o que

o Congresso pode colocar no Orçamento, enquanto as bancadas estaduais usariam 25%. O percentual, no entanto, ainda não era um consenso. A disputa entre estados ricos e pobres pela parte que cabe às emendas de bancadas estaduais, acirrada no começo da semana, foi amenizada por uma solução mista, pela qual os estados ri-

cos perdem menos e os pobres também ganham menos.

Também continua sem acordo a pretensão de vários líderes partidários, inclusive alguns da base do governo, de incluir um artigo na LDO de 2006 prevenindo que o presidente da República não poderá contingenciar as emendas dos deputados e senadores.



**INICIATIVA** Osmar Dias também defende fim de impostos para cerca de mil remédios

### Osmar quer isenção de PIS e Cofins para tarifas

O senador Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei (PLS 125/05) de sua autoria que isenta do pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) as tarifas de ônibus urbanos e os produtos farmacêuticos. Ele saudou a iniciativa do Ministério da Saúde, que isentou 253 substâncias químicas, usadas na fabricação de aproximadamente mil remédios, do recolhimento do PIS e da Cofins, mas ressaltou que a medida, por não ser lei, ainda não é definitiva.



**PLEITOS** Maguito Vilela defende o alongamento das dívidas e implantação do seguro rural

## Maguito cobra auxílio para produtores

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou serem "extremamente justas" as reivindicações que os produtores rurais fazem ao governo. O parlamentar pediu ao Executivo a adoção de medidas como o alongamento das dívidas, a implantação do seguro rural e a fabricação de remédios genéricos para a agropecuária.

De acordo com Maguito Vilela, a agricultura e a pecuária brasileiras se encontram "asfixiadas", pois os preços dos produtos estão baixos e o custo da produção é alto.

## Ideli atribui carga de impostos ao governo anterior

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) contestou os críticos do governo Lula que atribuem à atual administração do país o aumento da carga tributária. Segundo ela, a maioria das taxas e alíquotas em vigor foi criada em governos anteriores e apenas continua sendo aplicada no atual.

Ideli Salvatti lembrou que em 1995 foram estabelecidas as alíquotas vigentes para a cobrança do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e das empresas. Mencionou ainda a instituição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), em 1997.



**COMPROVAÇÃO** Ideli Salvatti lembra que atuais alíquotas para cobrança do IRPF foram fixadas em 1997

# Ex-funcionários da Anca negam ter sido "laranjas"

**■** CPI da Terra toma depoimentos com objetivo de investigar desvio de recursos da reforma agrária

Três ex-funcionários da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) negaram ontem, em depoimento à CPI da Terra, ter sido "laranjas" das entidades. A comissão está investigando denúncias de desvio de verbas da reforma agrária.

Além de Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pi-

nho e Orlando Vieira de Araújo, o ex-secretário-executivo da Anca José Trevisol também depôs na comissão.

Tanto a Anca quanto a Concrab tiveram os sigilos fiscal e bancário quebrados pela CPI. O deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) afirmou que, conforme dados da comissão, foram sacados pelos três ex-funcionários mais de R\$ 3,514 milhões.

Primeiro a ser ouvido pelos parlamentares da CPI, Emerson Rodrigues afirmou que trabalhou na Anca entre 2002 e o início deste ano, com salário de R\$ 565. Segundo disse, nesse período, ia ao banco apenas fazer saques e depósitos, e nunca teria sido depositado qualquer

valor em sua conta.

Edmilson e Orlando Vieira também confirmaram que fizeram serviços bancários no período em que trabalharam para a entidade, incluindo o saque de cheques, sempre cumprindo ordens de Trevisol. O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que serão votados na terça-feira requerimentos de Lupion e do senador Sibá Machado (PT-AC) pedindo, respectivamente, quebra de sigilo bancário da Sociedade Brasil de Fato e de sigilo bancário e fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) do Rio Grande do Sul e de Sergipe.



**AUDIÊNCIA** Presidida por Alvaro Dias (segundo à esquerda), CPI apura denúncia de irregularidades em cooperativas

## Trevisol rebate acusação de que se utilizou de verbas

No depoimento à CPI da Terra, o ex-secretário-executivo da Anca José Trevisol rebateu as acusações de desvio de verbas públicas, mas se negou a responder às perguntas encaminhadas pelos membros da comissão, invocando o direito constitucional de permanecer em silêncio.

Trevisol disse que a Anca firmou diversos convênios com os ministérios do Trabalho e Emprego, Educação e Meio Ambiente, entre outros. Segundo ele, a instituição foi obrigada a devolver recursos à pasta da Saúde porque a verba demorou a ser depositada e a atividade que deu origem ao convênio já estava em execução.

O ex-secretário também negou que a entidade tenha utilizado recursos públicos na aquisição de planos de previdência privada, conforme teria revelado a quebra de sigilo da Anca. Acrescentou que as verbas foram repassadas pelo Bradesco e não pelo Banco do Brasil. Ele afirmou que a transferência de

verbas em favor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) beneficiou crianças, jovens e mulheres.

Quanto aos repasses da entidade ao jornal *Brasil de Fato*, assinalou que a iniciativa teve por objetivo fortalecer as atividades de comunicação junto aos trabalhadores rurais.

Trevisol garantiu que seu patrimônio se resume a um veículo Monza, ano 1991; que nunca respondeu a processo judicial por desvio de verbas públicas; e que o maior mérito da Anca foi ter alfabetizado mais de 29 mil jovens trabalhadores rurais.

O relator da CPI, deputado João Alfredo (PT-CE), criticou os parlamentares que, segundo ele, compareceram à audiência não "para colher propostas, mas sim para julgar e condenar". Afirmou também que "os representantes do ruralismo que se mostraram indignados na audiência são os mesmos que impedem, na Câmara, a votação da PEC do trabalho escravo".



**EXPECTATIVA** César Borges afirma que projeto ainda não trouxe ao país os investimentos esperados

## César Borges: inoperância do Executivo atrasa início das PPPs

César Borges (PFL-BA) afirmou, ontem, que a aprovação do projeto das parcerias público-privadas (PPPs) não trouxe o tão desejado investimento em infra-estrutura de que o país necessita. Ele disse que a implementação das PPPs foi paralisada pela "habitual inoperância" do governo.

O parlamentar lembrou que as parcerias público-privadas não trarão, sozinhas, os recursos necessários à recuperação da infra-estrutura do país. Ressaltou que, enquanto os empresários pedem maior clareza nas regras das PPPs, especialmente em relação ao licenciamento ambiental, o governo está preocupado em bater novos recordes de superávit fiscal.

Outro "dado preocupante", segundo César Borges, é o fato de o Ministério do Planejamento ter adiado, por dois meses, a escolha do gestor do Fundo Garantidor das PPPs, que dará lastro às operações de financiamento, e o lançamento dos primeiros editais de projetos.

César Borges dirigiu apelo ao governo para que destine os recursos à recuperação da BR-242, que escoar parte expressiva das exportações agrícolas do oeste da Bahia. A safra do estado neste ano deve alcançar 5,5 milhões de toneladas de grãos, informou ele.

O senador congratulou o ministro do Planejamento, que divulgou, recentemente, documento que coloca as BRs 116 (que liga a maioria dos estados do Nordeste às regiões Sul e Sudeste) e 324 (que liga Feira de Santana a Salvador) entre as obras que serão incluídas nos projetos de PPPs.

– Espero que a proposta saia definitivamente do papel, pois a recuperação dessas rodovias é fundamental para a economia de toda a região Nordeste.



**REPÚDIO** Fátima Cleide anuncia que bancada feminina vai acionar conselhos de Ética das duas Casas

## Fátima Cleide quer apuração de ofensa a deputada

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) anunciou, ontem, que a bancada feminina do Congresso vai requerer à Câmara e ao Senado que acionem seus conselhos de Ética e Decoro Parlamentar para averiguar o que definiu como "atitude desrespeitosa" do deputado Alberto Fraga (sem partido-DF) em relação à deputada Luci Choinacki (PT-SC).

Segundo informou, o fato ocorreu durante a reunião da CPI da Terra, quando o deputado se dirigiu à parlamentar com agressões verbais.

## Desigualdade é o maior problema, afirma Crivella

O líder do PL, senador Marcelo Crivella (RJ), afirmou ontem que a desigualdade social é o principal problema do Brasil. O senador sugeriu que todo o país pense e discuta o tema. De acordo com Crivella, 7 mil brasileiros detêm 80% da dívida pública – quase R\$ 800 bilhões – e recebem cerca de R\$ 100 bilhões de juros por ano.

– Esses 7 mil são grupos econômicos, latifundiários, donos do sistema financeiro. Os donos da mídia são responsáveis pela desarticulação de nosso povo, por manter as massas sob um regime opiótico de culto ao individualismo, sexo, aberrações, aventuras – atacou.

Crivella avaliou que uma sociedade não consegue sobreviver e se desenvolver com tamanha desigualdade social. Na opinião do senador, muitos talentos individuais do país são “afogados, esquecidos e massacrados” pela desigualdade.

O senador informou, baseado em dados da Receita Federal, que 10.522 habitantes do



**DISSIPACÃO** Segundo Crivella, os donos da mídia são responsáveis pela desarticulação do povo

Brasil possuem US\$ 82 bilhões em bancos no exterior.

– Presidente Lula, o senhor é um homem do povo, e o povo espera que comece a governar para o povo. Até agora, presidente, o senhor governa embalado no sonho de que é possível mudar o Brasil sem tocar nos interesses das classes. Na sua mão, está o futuro de milhões de brasileiros – apelou Crivella, referindo-se a recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que divulgou que o país tem mais de 50 milhões de pobres.

Em aparte, o senador Magno Malta (PL-ES) elogiou o discurso do colega e afirmou que o Brasil é o único país que tem três colheitas por ano e, mesmo assim, milhões passam fome.

saúde, trabalho, renda, moradia e segurança.

Com base no relatório, o senador fez uma comparação entre as previsões orçamentárias e os gastos executados em 13 programas sociais do governo federal, que, segundo ele, tiveram índices de execução irrisórios.

O líder da Minoria citou ainda declaração do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, segundo a qual o programa Primeiro Emprego não decolou.

– É o próprio governo reconhecendo seu fracasso – afirmou, lembrando que esse programa era uma das bandeiras fortes da campanha de Lula.

### Contra a pressão

José Jorge parabenizou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pela coragem de ter, “a despeito da pressão exercida por sua bancada”, assinado o requerimento de criação da comissão que visa investigar denúncias de corrupção nos Correios. Em aparte, Suplicy considerou mal escrito o requerimento que assinou e sugeriu que o relator do recurso de inconstitucionalidade imputado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara determine melhor o fato a ser investigado.

# Aprovado novo limite de carga para trabalhador

■ Projeto reduz para 30 quilos o máximo que o trabalhador pode suportar individualmente

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em turno suplementar, o Projeto de Lei 19/03, do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que fixa em 30 quilos a carga máxima que um trabalhador pode remover, individualmente. O turno suplementar foi necessário para que os senadores apresentassem emendas ao substitutivo ao texto original, aprovado no dia 19. Votada em caráter terminativo, a proposição segue direto para a Câmara.

Na justificativa do substitutivo, o relator, senador Ney Suassuna

(PMDB-PB), disse que o artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que fixa em 60 quilos a carga máxima para o trabalhador está ultrapassado, diante do atual nível de mecanização nas empresas.

A CAS examinou, ainda, o Projeto de Lei da Câmara 13/05, proibindo descontos de qualquer tipo no salário dos empregados domésticos. O projeto acabará, também, com a exigência de atestado de boa conduta para que alguém seja admitido no emprego.

O relator, senador Marcelo Crivella, apresentou substitutivo limitando as exigências para admissão à exibição de carteira de trabalho, número de inscrição na Previdência Social e atestado de saúde.

Pelo parecer, o empregador não poderá efetuar desconto no

salário do empregado – exceto em caso de adiantamento de salário ou contribuição devida à Previdência.

### Controle do tabaco

Por iniciativa de seu presidente, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a CAS aprovou requerimento para apreciação, em conjunto com as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, assinada pelo Brasil em 1993.

Em sua justificativa, Valadares afirmou que a apreciação em conjunto pelas três comissões agilizará a tramitação. Ele disse ainda que o Brasil precisa ratificar a convenção com presteza, para poder participar das negociações internacionais previstas no acordo.

## CAS acata recondução de Maierovitch

Foi aprovada ontem, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a recondução de Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A decisão da CAS será agora submetida ao Plenário.

Em sua explanação, Maierovitch informou que a vigilância da Anvisa abrange 25% do produto interno bruto (PIB) brasileiro. Reclamou, contudo, da insuficiência de R\$ 135 milhões em repasse para estados e municípios realizarem as ações de vigilância.

Durante a sabatina, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que era presidente da CAS quando Maierovitch foi indicado para sua primeira gestão. Ele disse que é importante a continuidade do gestor para propiciar a execução dos projetos de saúde pública.

A relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), ressaltou que o indicado tem amplo conhecimento da agência e capacitação profissional. Por isso, disse, o considera o mais adequado para o cargo. Ideli lembrou que Maierovitch é graduado em Medicina pela Universidade de São Paulo (USP), tem especialização em Administração Hospitalar e é mestre em Medicina Preventiva. Ele dirige a Anvisa desde 2002.



**APROVAÇÃO** Maierovitch (E), com os senadores Valadares e Patrícia Saboya, em reunião da CAS que o reconduziu ao cargo de diretor da agência

## Diretor da Anvisa diz que homeopáticos são seguros

Os medicamentos homeopáticos geralmente não causam risco à saúde da população e, por isso, são isentos de registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A informação foi dada pelo diretor da entidade, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, durante reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais para analisar a sua recondução ao cargo.

Mas ele advertiu que a agência fiscaliza algumas formulações que têm concentração maior de substâncias tóxicas (como chumbo e arsênico), e os medicamentos indicados para doenças graves, pois, nesses casos, não se pode postergar o tratamento, o que ocorreria no caso de ineficácia da medicação homeopática.

Por ser um tema polêmico no

mundo todo, disse Maierovitch, a Anvisa realiza nessa área um trabalho de cooperação com técnicos e sociedade. Ele explicou que a terapia fundamenta-se em um princípio de tratamento para cada caso específico, pois trata a pessoa como um todo – não ataca apenas a doença, como faz a medicina convencional.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) ressaltou que, com o intuito de beneficiar as classes carentes, a venda de medicamentos a granel, como já realizada em alguns países da África, é fundamental. Maierovitch declarou que a possibilidade de venda fracionada de medicamentos já foi contemplada pelo presidente da República e que, em pouco tempo, as primeiras farmácias estarão realizando vendas desse tipo.



**LENTIDÃO** José Jorge diz que, em 13 programas sociais do governo, os índices de execução foram pífios

## José Jorge afirma que Lula não combate questões sociais

Ao fazer uma análise da publicação intitulada *Radar Social*, editada recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o senador José Jorge (PFL-PE) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não se preocupa em cumprir suas promessas eleitorais para combater os problemas sociais do país. O relatório do Ipea registra dados produzidos por diversas instituições governamentais sobre demografia, educação,

# Comissão debate avanço da destruição na Amazônia

■ CRE também acolhe pedido de audiência sobre contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai

A devastação da floresta amazônica e o contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai serão temas de audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Requerimentos nesse sentido, apresentados pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), foram aprovados ontem pela comissão, que também acolheu três mensagens presidenciais de indicações de embaixadores.

Para discutir o desmatamento na Amazônia, serão convidados o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros, e a ministra do Meio Ambiente,

Célio Azeredo



**PAUTA** Além de discutir a destruição da Amazônia, a comissão, presidida por Cristovam, sabatinou três diplomatas indicados para embaixadas

Marina Silva. Ambos deverão comentar o grande avanço na destruição da floresta.

– Temos à frente do Ministério do Meio Ambiente uma colega da maior respeitabilidade, comprometida com a causa ambiental e, mesmo assim, em 2004 ocorreu o segundo maior desmatamento da história. Precisamos saber por que não se consegue deter a destruição da floresta – justificou Jefferson.

O aumento do contrabando na fronteira será debatido, em datas diferentes, por três ministros: Márcio Thomaz Bastos, da Justiça; Antonio Palocci, da Fazenda; e Celso Amorim, das Relações Exteriores. Os senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Roberto Saturnino (PT-RJ) apoiaram os debates e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu que o tema também seja discutido pela Comissão do Mercosul.

## Aprovadas indicações de embaixadores

Durante reunião da CRE, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF), foram acolhidas indicações de três novos embaixadores. Segundo as mensagens presidenciais analisadas pela comissão, o atual embaixador na Ucrânia, Renato Luiz Rodrigues Marques, acumulará as funções junto à República da Quirguízia; Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho representará o Brasil junto à Tanzânia; e Luiz Fernando Gouvêa de Athayde será embaixador em Trinidad e Tobago.

A indicação de Marques foi relatada pelo senador João Batista Motta (PMDB-ES). Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou voto favorável ao nome de Acquarone, que vai reabrir a embaixada brasileira em Dar Es Salaam, fechada desde 1991 por motivo de corte orçamentário. A indicação de Athayde foi analisada pelo senador José Agripino (PFL-RN).

Em sua exposição, Acquarone informou que os africanos têm esperança de que o Brasil possa representar uma "alternativa para a África", em termos políticos e econômicos.

## Tebet: Pantanal precisa de um projeto de longo prazo

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem que o Pantanal, considerado Patrimônio da Humanidade, precisa de um projeto de longo prazo. Lembrando que a próxima semana será dedicada ao meio ambiente, ele disse acreditar que não há nada para festejar.

Segundo Tebet, o projeto denominado Programa Pantanal, criado a partir de convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da ordem de US\$ 400 milhões, foi deixado de lado. As ações previstas contemplariam cerca de 40 municípios da bacia do Alto Paraguai, beneficiando cerca de 2,4 milhões de habitantes, incluindo populações de 39 aldeias indígenas da região.

O senador informou que foram utilizados apenas US\$ 4 milhões, a maior parte para o pagamento de encargos pela não utilização do dinheiro disponibilizado pelo banco. Para ele, o Ministério do Meio Ambiente pretende cancelar o financiamento, "justamente no

Geraldo Alckmin



**PREOCUPAÇÃO** De acordo com Tebet, programa em convênio com o BID ainda não foi implementado

próximo dia 5, o Dia Mundial do Meio Ambiente".

– Com esses recursos, que agora estão sob ameaça, poderíamos estabelecer um projeto coerente de desenvolvimento sustentado, dando qualidade de vida ao nosso povo e preservando nosso patrimônio ambiental – sustentou.

Além disso, é preocupante, para Tebet, a notícia de que o governo de Mato Grosso do Sul pretende instalar usinas de álcool no Pantanal, o que, segundo ele, vai contra a vocação do região.

## Viana destaca medidas de combate ao crime ambiental

Tião Viana (PT-AC) elogiou a ação da Polícia Federal, determinada pelo Ministério do Meio Ambiente, que culminou até agora com a prisão de mais de 80 pessoas acusadas de crimes ambientais. O procedimento, denominado Operação Curupira, mobilizou cerca de 450 agentes policiais e 30 técnicos do setor.

Segundo o senador, a quadrilha, que está envolvida em desmatamentos clandestinos e negociação de madeira extraída de forma irregular em terras da União e de reservas indígenas, atuava no Pará, Rondônia, Amazonas, Paraná, Santa Catarina, no DF e principalmente em Mato Grosso, sendo que, dos detidos, 45 eram funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Desde que a ministra Marina Silva assumiu a pasta do Meio Ambiente, informou Viana, desconfiava-se da existência de um esquema de corrupção no Ibama. Foi feito, então, um

Roosevelt Pinheiro



**DECISÃO** Tião Viana ressalta o empenho da ministra Marina Silva no combate à corrupção

rígido controle e as investigações da polícia começaram, estendendo-se por nove meses. O senador disse que a ministra teve de ouvir calada, para não atrapalhar as investigações, insinuações injustas de que não estava se empenhando na fiscalização do desmatamento.

– Eu só espero é que não se procure deturpar a situação e criar a imagem de que havia um foco de corrupção dentro do governo Lula, porque está claro que foi uma operação determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pela ministra Marina Silva para implodir focos viciados de corrupção instalados dentro de aparelho do Estado – disse o senador, informando que a quadrilha funcionava desde a década de 90.

## Tuma elogia ação conjunta contra crimes em Mato Grosso

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a Operação Curupira, ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), realizada em Mato Grosso, para desarticular uma organização composta por madeireiros e despachantes especializados na extração ilegal de madeira.

De acordo com o senador, a ação culminou na prisão de mais de 80 pessoas, inclusive funcionários do Ibama, além de membros do Partido dos Trabalhadores. Serrarias que compravam a madeira extraída de forma predatória foram fechadas e lacradas. Ele elogiou a postura da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, por "não passar a mão na cabeça de ninguém".

Tuma também louvou a transformação de um presídio

Roosevelt Pinheiro



**RIGOR** Tuma enaltece a Operação Curupira, que resultou em prisões e no fechamento de serrarias ilegais

de São José do Rio Preto (SP) numa escola técnica. No discurso de inauguração, observou, o governador do estado, Geraldo Alckmin, falou sobre a importância de baixar os impostos, com reflexo no aumento da arrecadação.

O parlamentar fez ainda apelo ao governo pelo não fechamento de um centro de atendimento a jovens de até 18 anos em Ibirá (SP). A instituição, que, de acordo com Tuma, atende a 60 crianças, depende de recursos da União para funcionar, mas os repasses têm sido insuficientes.